



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EM Nº 047/2025

Florianópolis, 18 de março de 2025.

Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de decreto que introduz a Alteração 4.898 no Regulamento do ICMS (RICMS/SC-01), aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001.

A referida Alteração visa a atualizar o inciso II do *caput* do art. 180 do Anexo 5 do RICMS/SC-01, que estabelece obrigações tributárias acessórias adicionais na hipótese de perda de mercadoria cujo valor seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Considerando que tal valor encontra-se em vigor na legislação desde o ano de 2014, resta necessária a realização de sua atualização, tendo em vista a inflação ocorrida no período. Dessa forma, propõe-se o novo montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), de forma a recompor a quantia originalmente prevista.

Destaca-se que a presente alteração constitui fruto do projeto “canal de comunicação com o contribuinte”, cujo grupo de trabalho recebeu e analisou diversas sugestões de alterações normativas encaminhadas pelo contribuinte catarinense, visando a uma simplificação das obrigações tributárias acessórias exigidas pelo Estado.

Respeitosamente,

Cleverson Siewert
Secretário de Estado da Fazenda
(assinado digitalmente)

Excelentíssimo Senhor
JORGINHO MELLO
Governador do Estado
Florianópolis - SC



EM Nº 047/2025

ANEXO ÚNICO
COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
ANEXO 5, TÍTULO IV, CAPÍTULO II	ALTERAÇÃO 4.898	JUSTIFICATIVA
Art. 180. II – caso o valor total das mercadorias atingidas pela ocorrência seja superior a 0,5% (cinco décimos por cento) da receita bruta do período de apuração imediatamente anterior ao da ocorrência ou ultrapassar o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o contribuinte deverá manter à disposição do fisco pelo prazo decadencial os seguintes documentos: 	Art. 180. II – caso o valor total das mercadorias atingidas pela ocorrência seja superior a 0,5% (cinco décimos por cento) da receita bruta do período de apuração imediatamente anterior ao da ocorrência ou ultrapassar o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), o contribuinte deverá manter à disposição do fisco pelo prazo decadencial os seguintes documentos: 	A Alteração 4.898 visa a atualizar o inciso II do <i>caput</i> do art. 180 do Anexo 5 do RICMS/SC-01, que estabelece obrigações tributárias acessórias adicionais na hipótese de perda de mercadoria cujo valor seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Considerando que tal valor encontra-se em vigor na legislação desde o ano de 2014, resta necessária a realização de sua atualização, tendo em vista a inflação ocorrida no período. Dessa forma, propõe-se o novo montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), de forma a recompor a quantia originalmente prevista. Destaca-se que a presente alteração constitui fruto do projeto “canal de comunicação com o contribuinte”, cujo grupo de trabalho recebeu e analisou diversas sugestões de alterações normativas encaminhadas pelo contribuinte catarinense, visando a uma simplificação das obrigações tributárias acessórias exigidas pelo Estado.
CLÁUSULA DE VIGÊNCIA	ART. 2º	JUSTIFICATIVA
	Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.	A presente minuta estabelece a produção de efeitos da alteração a partir da data de sua publicação.